

A população inserida no Foro Regional de São Miguel Paulista procurou os Defensores Públicos da unidade local após a publicação de matéria no jornal Folha de S. Paulo, em 17 de dezembro de 2007. Esta noticiava que 148 mil alunos ficariam sem aulas nas creches da cidade de São Paulo no período supracitado.

O fechamento das creches implicaria aos pais e responsáveis deixar as crianças sozinhas em casa, ou terem de abandonar seus empregos, dos quais depende a sobrevivência do núcleo familiar, para não submetê-las a esta situação de risco.

Em 21 de dezembro de 2007, o juiz competente acolheu integralmente o pedido formulado pela Unidade São Miguel Paulista, determinando que o serviço público de creche, naquela região, não fosse interrompido de 22 de dezembro a 31 de janeiro.



Liderança comunitária entrega o troféu ao Defensor Público Bruno Dias Napolitano, da Unidade São Miguel Paulista

## II Prêmio – Edição 2009

Após intenso debate, e por meio de votação, o Conselho Consultivo da Ouvidoria-Geral escolheu os ganhadores da segunda edição do Prêmio, em reunião ocorrida no dia 19 de março de 2009, na Cúria Metropolitana da Arquidiocese de São Paulo.

A Ouvidoria recebeu naquele ano 23 inscrições, algumas indicando mais de um Defensor Público envolvido na mesma ação. Na categoria “Defensor Público”, foram indicados os Defensores Públicos Aluísio Nunes Monti Ruggeri Ré, Carlos Eduardo Montes Netto (três indicações), Carmen Silvia de Moraes Barros, Daniela Skromov de Albuquerque,

Eduardo Januário Newton, Júlio César Tanone, Lucas Corrêa Abrantes Pinheiro, Máira Coraci Diniz, Mario Henrique Ditticio, Paulo Fernando de Andrade Giostri, Rafael de Souza Miranda, Ricardo Fagundes Gouvêa, Sérgio Wagner Locatelli, Vanessa Armênio Peliegrini, Vânia Pereira Agnelli Sabin Casal, Victor Hugo Albernaz Júnior e Wagner Giron de La Torre (duas indicações). Na Categoria “Órgão da Defensoria Pública”, as indicações foram para o Núcleo Especializado de Combate à Discriminação, Racismo e Preconceito e Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo, para as Regionais de Ribeirão Preto, de São José dos Campos e de Taubaté e para a Unidade Santo Amaro, pertencente à Regional Sul da capital.

Ganharam o Prêmio “Justiça para Todos” 2009 as Defensoras Públicas Carmen Silvia de Moraes Barros e Vânia Pereira Agnelli Sabin Casal e as Regionais Ribeirão Preto e Taubaté. Houve também a entrega de Menção Honrosa para o Defensor Público Rafael de Souza Miranda.

#### **Categoria: Defensor Público**

1) **Indicada:** Carmen Silvia de Moraes Barros – *Coordenadora do Núcleo Especializado de Situação Carcerária. Defensora Pública da Vara de Execuções Criminais – VEC lotada na Regional Central da Capital.*

#### **Resumo da ação desenvolvida**

A Defensora Pública Carmen Silvia de Moraes Barros ingressou com Ação Civil Pública propondo ao Estado de São Paulo a adaptação de estabelecimentos já existentes, ou a destinação de vagas em local adequado, para 131 transtornados mentais ilegalmente presos.

O objetivo da Ação foi garantir-lhes condições dignas de alocação e de tratamento, pois não recebiam nos referidos estabelecimentos qualquer tipo de assistência médica ou psiquiátrica e, embora deveriam ser tratados, sofriam castigos.

Paralelamente, foram feitos 131 pedidos para que os transtornados mentais presos aguardassem vaga em liberdade, bem como para que fosse extinta a medida de segurança dos que aguardavam vaga estando há mais de um ano soltos.

A Ação Civil Pública serviu para trazer a público a prisão ilegal de transtornados mentais por falta de vagas nos hospitais de custódia do Estado, a necessidade de aplicação de lei de reforma psiquiátrica para as pessoas submetidas à medida de segurança e a existência da lista de espera para inclusão em Hospital de Custódia de Tratamento Psiquiátrico – HCTP, que contava, então, com 131 pessoas presas e 447 soltas.

A referida Ação e os pedidos supramencionados fazem parte de diversas ações jurídicas e políticas iniciadas em 2007 pela Defensora Pública Carmen Sílvia Moraes Barros, à frente do Núcleo Especializado de Situação Carcerária, tendo em vista melhorias no Sistema Penitenciário do Estado de São Paulo. Os resultados, contudo, vieram a ocorrer em 2008.



“O trabalho é com os esquecidos dos esquecidos” salientou a Defensora Pública Carmen Sílvia durante seu discurso

2) **Indicada:** Vânia Pereira Agnelli Sabin Casal, *Defensora Pública Coordenadora Auxiliar da Unidade Fazenda Pública*

### **Resumo da ação desenvolvida**

A Defensora Pública Vânia Pereira Agnelli Sabin Casal idealizou o “Projeto Experimental de Parceria da Defensoria Pública do Estado com a Secretaria Estadual de Saúde” e o implantou, em 2008, na Regional Central da Capital, em parceria com a referida Secretaria.

O Projeto foi desenvolvido para atender ao elevado número de assistidos que procuram diariamente o auxílio da Defensoria Pública para a obtenção de medicamentos, insumos, próteses, órteses, fraldas, entre outros itens na área da saúde. Na maioria dos casos, esses assistidos são pessoas portadoras de doenças crônicas, como diabetes, paralisia cerebral, Alzheimer, hipertensão arterial, câncer e sequelas de AVC, que exigem tratamento contínuo e de alto custo.

Desde a sua implantação, o Projeto tem possibilitado aos assistidos obter os serviços e produtos necessários por procedimento administrativo. Antes dele, isto só era possível mediante ingresso de ação judicial, que demanda maior tempo.

Entre março de 2008 e fevereiro de 2009, 823 (oitocentos e vinte e três) assistidos foram atendidos pelo plantão da Secretaria Estadual de Saúde, realizado no primeiro andar da Regional Central da Capital da Defensoria Pública. E com o início do Projeto, o número de ações judiciais para obtenção dos serviços e produtos caiu de aproximadamente 180 para pouco mais de 16 por mês.



O troféu é entregue à Defensora Pública Vânia pela Dra. Cláudia Camargo, Assistente Técnica de Planejamento da Secretaria Estadual de Saúde

### **Categoria órgão da defensoria pública**

**3)Indicada:** Regional Ribeirão Preto (cidade de Ribeirão Preto/SP)

#### **Resumo da ação desenvolvida**

A Regional Ribeirão Preto implantou em 2008 o Projeto “Educação em Direitos Humanos e Cidadania”, com o objetivo de levar o conhecimento dos Direitos Humanos a alunos, pais, professores e funcionários de escolas municipais de Ensino Fundamental da região. E, a partir do conhecimento adquirido, que estes tivessem condições de identificar, em seu cotidiano, seus direitos e situações de violação, levando-as cobrar das pessoas e autoridades competentes o respeito e a observância.

O Projeto foi realizado pela primeira vez na EMEF “Prof<sup>a</sup>. Elisa Duboc Garcia”, entre junho e outubro de 2008. Na ocasião, os Defensores Públicos da Regional contaram com o apoio da senhora Vânia Rossi Carvalho, então diretora da escola municipal, com a cooperação de uma equipe multidisciplinar, formada pela Assistente Social Ana Carolina Lopes Longo e pela Psicóloga Juliana Silva Lopes, e com a parceria da Secretaria Municipal da Educação de Ribeirão Preto, da qual era Secretário o senhor José Norberto Callegari Lopes, e da Escola da Defensoria Pública – EDEPE.

Os temas abordados nos encontros foram violência entre os jovens, conhecimento e respeito mútuos, Direitos Humanos, deveres inscritos na Constituição Federal e em documentos internacionais, Estatuto da Criança e do Adolescente, infrações penais e mediações de conflitos de ordem familiar e de convivência na escola.

Ao final do Projeto naquele ano, a Regional Ribeirão Preto constatou que o nível de agressividade diminuiu entre os alunos da EMEF, e que os pais e funcionários que participaram das palestras passaram a procurar a Defensoria Pública para a solução dos seus conflitos, quando não conseguiam resolvê-los sozinhos.

Dado o sucesso do Projeto em 2008, ele foi desenvolvido no ano seguinte, entre os meses de março e junho, na EMEF "Geralda de Souza Espin". Nesta nova fase, foram inseridas a exibição de vídeos, músicas e apresentações de esquetes desenvolvidas por atores. O Projeto em 2009 contou com o apoio da senhora Avelina Raquel Ribeiro Calazans Sussmann, diretora da referida escola municipal, com a cooperação da Subouvidoria da Defensoria Pública regional e novamente com a parceria da Secretaria Municipal da Educação de Ribeirão Preto, dessa vez por meio da Secretária Estadual Maria Débora Vendramini Durlo.

Participaram do Projeto "Educação em Direitos Humanos e Cidadania", nos dois anos em que foi desenvolvido, os Defensores Públicos Aluísio Lunes Monti Ruggeri Ré, Carlos Eduardo Montes Netto, Danilo Kazuo Machado Miyazaki, Genival Torres Dantas Júnior, Juliana Spuri Bernardi, Luciana Rocha Barros Veloni Alvarenga, Patrícia Biagini Lopes, Paulo Fernando de Andrade Giotri, Vanessa Pelegrini Armênio e Victor Hugo Albernaz Júnior.



A Defensoria Pública Patrícia Biagini Lopes fala sobre o Projeto, voltado a alunos, pais, professores e funcionários de escolas municipais

4) **Indicada:** Regional Taubaté (cidade de Taubaté/SP)

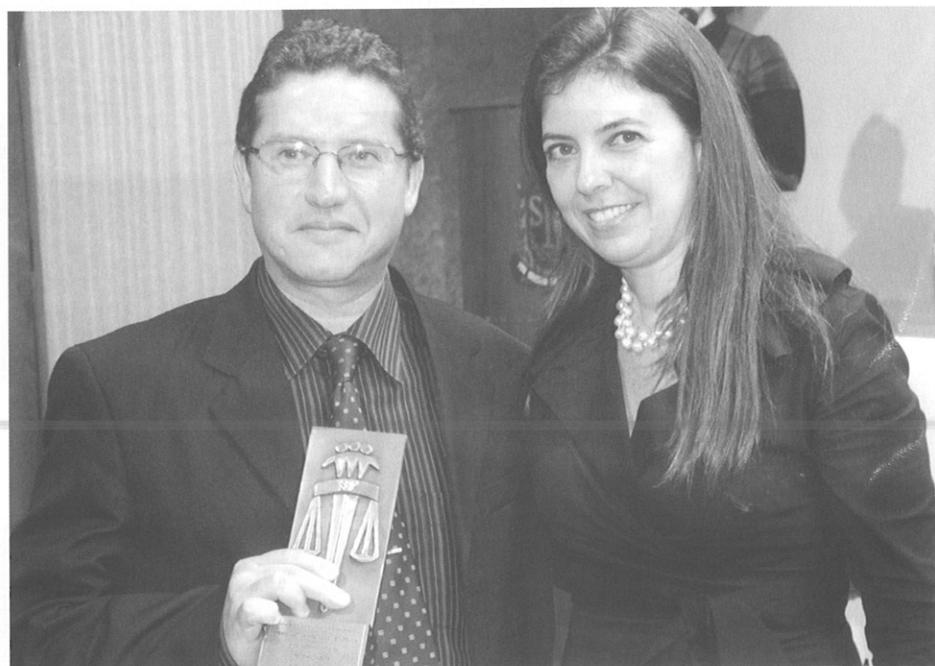
#### **Resumo da ação desenvolvida**

A Regional Taubaté promoveu em 2008 o “I Curso de Direitos Sociais e Formação de Lideranças Comunitárias”, em parceria com a Escola da Defensoria Pública – EDEPE.

Ele foi aplicado em nove módulos semanais, de 28 de junho a 23 de agosto de 2008, cujas palestras foram ministradas pelos Defensores Públicos da Regional Taubaté e por membros de movimentos sociais. Os temas trabalhados foram: “Direito Ambiental e Cidadania”, “Panorama Regional dos Direitos Sociais”, “Luta pela Efetivação dos Direitos da Mulher”, “Direitos Cíveis e Cidadania”, “Formas de Defesa em Processos Penais”, “Penas e formas de cumprimento”, “Direito à Moradia”, “Cidadania e Direito do Consumidor” e “Direitos Humanos e Defensoria Pública”. Além destas temáticas, o Curso abordou os mecanismos de diálogo entre a sociedade civil e a Defensoria Pública elencados na Lei Orgânica da Instituição.

Participaram assiduamente, na ocasião, cerca de 50 alunos, entre eles representantes de adensamentos populacionais de baixa renda, líderes comunitários e representantes de associações civis das mais variadas origens.

O propósito do Curso foi conferir à população das várias comunidades da cidade e região uma visão básica dos direitos fundamentais do cidadão e tornar lideranças sociais difusoras de tais conhecimentos em suas áreas de domicílio e de atuação.



O Defensor Público Wagner Giron mostra o troféu entregue à Regional Taubaté, recebido pelas mãos da Defensora Pública-Geral Cristina Guelfi Gonçalves

Foram palestrantes do “I Curso de Direitos Sociais e Formação de Lideranças Comunitárias” os Defensores Públicos Ana Carolina Souza Reias Braga, Caio Marcelo Dias da Silva, Fabrício Pereira Quintanilha, Jairo Salvador de Souza, Janora Rocha Rossetti, Mônica de Melo, Paulo Eduardo Pereira Rodrigues, Ruy Freire Ribeiro Neto, Saulo Dutra de Oliveira, Thais de Assis Figueiredo Guimarães e Wagner Giron de La Torre. E, dos movimentos sociais, a senhora Ângela da Silva, ativista dos Movimentos Sociais de Defesa da Mulher na região; Benedito Barbosa, dos Movimentos Sociais de Direito à Moradia de São Paulo e Região Metropolitana; Cosme Victor, Militante dos movimentos sociais em São José dos Campos e Região; Marcelo Toledo, Historiador e Ambientalista e Maria Eluiza J. F. Giron de La Torre, advogada pública em atuação no sistema penitenciário da região.

### III Prêmio – Edição 2010

Na terceira edição, foram escolhidas para receber o Prêmio “Justiça Para Todos” as ações desenvolvidas em 2009 pelos Defensores Públicos Elpídio Francisco Ferraz Neto e Luiz Rascovski, pela Regional de Presidente Prudente e pela Unidade de Santo Amaro. Também foi apontado para receber Menção Honrosa o Defensor Público Leandro de Castro Silva, da Regional de São José do Rio Preto.

Os ganhadores foram eleitos pelo Conselho Consultivo da Ouvidoria em reunião ordinária ocorrida no dia 18 de março de 2010, na Cúria Metropolitana da Arquidiocese de São Paulo.

O colegiado fez a escolha entre as 22 inscrições recebidas pela Ouvidoria, sendo 12 indicações para Defensores Públicos e 10 para órgãos da Defensoria Pública. Os Defensores Públicos indicados para a categoria “Defensor Público” foram: Daniel Guimarães Zveibil, Elpídio Francisco Ferraz Neto, Franciane de Fátima Marques, Gabriela Freitas Aleixo Galvão de Souza, Jairo Salvador de Souza, Júlio César Tanone, Leandro de Castro Silva, Luiz Rascovski (duas indicações), Mário Lúcio Pereira Machado, Paulo Fernando Esteves de Alvarenga II, Rafael Rocha Paiva Cruz e Priscila Simara Novaes (os dois últimos por ação conjunta). Na categoria “Órgão da Defensoria Pública”, receberam indicação: Coordenadoria Geral de Administração – CGA, Escola da Defensoria Pública – EDEPE (duas indicações), Núcleo Especializado de Combate à Discriminação, Racismo e Preconceito, Núcleo Especializado de Promoção e

Defesa dos Direitos da Mulher, “Quadro de Apoio” da Defensoria Pública, Regional Presidente Prudente – Coordenadoria Regional da Escola da Defensoria Pública e Coordenadoria Regional da Administração, Unidade Família – Regional Central, Unidade Santo Amaro – Regional Sul e Unidade São Miguel Paulista – Regional Leste.

A indicação para o “Quadro de Apoio” da Defensoria Pública, feita por servidor da Instituição, levou o Conselho Consultivo a sugerir que, nas próximas edições do Prêmio, houvesse o acréscimo de uma categoria para premiar os demais servidores públicos, que atuam em diversas outras áreas.

Categoria: Defensor Público

1) **Indicado:** Elpídio Francisco Ferraz Neto, *Defensor Público da Vara de Execuções Criminais de Campinas*

#### **Resumo da ação desenvolvida**

O Defensor Público Elpídio Francisco Ferraz Neto, atuante na Vara de Execuções Criminais da Unidade Campinas, atendeu individual e diretamente encarcerados dos Centros de Detenção Provisória de Hortolândia, Campinas e Americana e respectivos familiares. Fez atendimentos diretos às comunidades; visitas constantes às demais unidades prisionais da região de Campinas, além das cadeias públicas; repasse minucioso de informações processuais aos detentos, mantendo-os informados das evoluções dos processos de conhecimento; apresentação de pedidos no curso de execuções criminais como de medidas tendentes a obter a liberdade dos ainda em julgamento. Destes últimos, boa parte jazia há muito tempo sem qualquer assistência ou orientação, e entre eles alguns estavam detidos provisoriamente há quase uma década, sem solução do processo; também havia muitos de outras unidades da Federação, já condenados ou ainda aguardando sentença, sem que o juízo pelo qual tramitasse o processo tivesse conhecimento dessas prisões.

Foram, em média, 150 consultas mensais aos detentos e aproximadamente 60 aos respectivos familiares. Neste caso, não só de presos em unidades da regional de Campinas, mas em outras regiões do Estado.

Todos os atendimentos foram registrados em agenda virtual havendo conferência periódica do desfecho dos pedidos apresentados e, quando necessário, interposição de recurso ou *habeas corpus*. Quanto aos condenados, as datas referentes ao cumprimento do tempo de

pena necessário à dedução de incidente na execução para mudança de regime ou livramento condicional também ficaram registradas. Mesmo tendo os detentos sido transferidos a unidades distantes, as postulações foram feitas a partir de Campinas, evitando que a transferência tivesse força para retardar atendimentos jurídicos e requerimentos convenientes com observância de permanência mínima na nova unidade para atendimento jurídico, com o que o Defensor Público tentou implementar de forma ampla e concreta a garantia da liberdade como também a da individualização da pena.

Com o início deste trabalho, verificou-se, por descrição direta dos diretores das unidades prisionais, a diminuição da ansiedade dos detentos mediante o aumento da chegada de alvarás de soltura e da chegada rotineira de informações. Em cada uma das unidades atendidas, houve organização por destaque do problema: detidos por crimes de menor potencial ofensivo, a quem provavelmente seria aplicada pena alternativa e em regime semi-aberto, foram tidos como prioritários, abreviando sua permanência nos presídios e controlando, em certa medida, a oscilação, sempre superavitária, das populações.



O Defensor Público Elpidio Francisco Ferraz Neto recebe o Prêmio das mãos de seu pai, o Dr. Elpidio Edson Ferraz

2) **Indicado:** Luiz Rascovski, *Defensor Público da Regional Central da Capital, Unidade Plantão Cível*

O Defensor Público Luiz Rascovski foi escolhido pelos dois trabalhos pelos quais foi indicado ao Prêmio.

### **Resumo da ação desenvolvida (1)**

O Defensor Público Luiz Rascovski encaminhou ao Congresso Federal, em março de 2009, uma proposta de alteração legislativa da Lei de Empresas Mercantis quanto à forma de abertura e inserção de pessoas na qualidade de sócios de empresas, resguardando-lhes a segurança jurídica e evitando que uma série de demandas judiciais recaísse sobre elas.

A ideia consistiu, basicamente, na adoção do reconhecimento de firma (por autenticidade) para os documentos a serem arquivados na Junta Comercial, uma vez que representa medida, de certa maneira, barata e com alta eficácia para o fim a que se presta.

Luiz Rascovski propôs a alteração legislativa com base em centenas de casos atendidos por ele na Defensoria Pública. Em sua rotina de trabalho, ele constatou que um elevado número de cidadãos é inserido ilicitamente como sócio de empresas comerciais e que, em consequência disso, a vida financeira dessas pessoas sofre perdas irreparáveis, na maioria das vezes.

O Projeto de Lei apresentado pelo Defensor Público teve repercussão nacional, inclusive com matéria veiculada no *Jornal Nacional*, chamando a atenção de todos os parlamentares para a urgência do problema e apontando a dimensão e a importância com que ele deve ser tratado.

O trabalho de Luiz Rascovski também aproximou a Defensoria Pública da Associação dos Notários e Registradores do Estado de São Paulo – ANOREG/SP e da Associação dos Registradores Imobiliários de São Paulo – ARISP e deu abertura à celebração de convênios que facilitarão a atuação dos Defensores Públicos, com a permissão de consulta direta nos cadastros dos registros de imóveis.

### **Resumo da ação desenvolvida (2)**

Durante o ano de 2009, mais de 450 pessoas procuraram a Defensoria Pública do Estado de São Paulo para reclamar que a SPTRANS (São Paulo Transportes S. A.) não estava concedendo o chamado Bilhete Único Especial – BUE aos portadores de deficiência física e mental, mesmo com a apresentação de documentos e laudos médicos demonstrando tais deficiências.

O Ex-Procurador Geral de Justiça do Estado de São Paulo, Dr. Antonio Araldo Ferraz Dal Pozzo, entrega o Prêmio ao seu genro, o Defensor Público Luiz Rascovski



A SPTRANS, mediante a publicação de Portarias, passou a fazer uma série de exigências não previstas na lei e a submeter os possíveis beneficiários a perícias realizadas por seus próprios agentes, a fim de conceder a gratuidade de transporte ou renovar o direito de concessão.

Para combater os abusos do órgão municipal de transportes, o Defensor Público Luiz Rascovski passou a fazer ações individuais para a população que procurou a Defensoria Pública. A partir da maioria delas, foi concedida liminar pelos magistrados para que fosse fornecido o BUE a esses assistidos.

Diante do efeito positivo das ações, a SPTRANS expediu uma Portaria fazendo novas exigências. Além de requerer os laudos e atestados médicos e submeter os assistidos a perícias, incluiu graus subjetivos para constatação da existência da doença física e mental, a fim de conceder o benefício.

Diante deste cenário, e levando em consideração a procura diária e ininterrupta de mais de 450 pessoas batendo às portas da Defensoria Pública, Luiz Rascovski decidiu elaborar uma Ação Civil Pública em face da SPTRANS e do MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Em 04 de novembro de 2009, o Defensor Público ajuizou a ação no fórum da Fazenda Pública e a D. MM juíza da 12ª Vara da Fazenda Pública concedeu liminar

impedindo que a SPTRANS fizesse qualquer tipo de exigência que não constasse na lei para conceder o BUE – Bilhete único Especial e impedindo a mesma de realizar perícia para constatar a existência de deficiência física ou mental nos beneficiários.

Com a Ação Civil Pública, uma quantia incalculável de assistidos passou a usufruir dos benefícios do bilhete único especial, entre os quais se deslocar gratuitamente para dar continuidade a seus tratamentos médicos.

Categoria: Órgão da Defensoria Pública

3) **Indicada:** Regional Presidente Prudente (cidade de Presidente Prudente/SP)

**Resumo da ação desenvolvida:**

As Coordenadorias Regionais da Escola da Defensoria Pública – EDEPE e de Administração da Regional de Presidente Prudente realizaram de abril até setembro de 2009 o Projeto “Defensoria Descentralizada”.

O Projeto foi destinado à prestação de atendimento, orientação jurídica e educação em direitos nos seis bairros mais pobres da cidade. Durante os mutirões, foram atendidas cerca de 470 pessoas.

Inicialmente, os Coordenadores Regionais da EDEPE e da Administração fizeram contato com a Secretaria de Assistência Social Municipal de Presidente Prudente e reuniram, à época, os técnicos que compunham, nos seis bolsões de pobreza da cidade, os Centros de Referência e Assistência Social – CRAS. Esses técnicos ficaram responsáveis pela convocação da comunidade local de cada bairro para a participação nos eventos e, previamente, pelo levantamento das questões de maior interesse e dúvidas daquela população.

O Projeto contou com o apoio do Município, que cedeu o espaço físico e toda a estrutura dos CRAS para o contato da Defensoria Pública com seus assistidos, tendo todos os encontros ocorrido aos sábados.

Considerando os temas de maior relevância levantados em cada bairro, a Coordenadoria Regional da EDEPE também ministrou palestras de Educação em Direitos, por meio dos Defensores Públicos da Regional, Giovana Devito, Phenélope Almeida e Matheus Assad, e por advogados contratados, especialistas em direito previdenciário, com o intuito de educar e esclarecer a população mais carente sobre seus direitos. Os temas trabalhados foram Direitos do Idoso, Direitos de Família e Direitos Previdenciários.

Na oportunidade desses encontros, atores sociais também encamparam parceria no Projeto. Nos locais de atendimento, cabeleiros realizaram cortes de cabelo gratuitos e enfermeiros aferiram a pressão arterial das pessoas, bem como realizaram outros testes superficiais de saúde.

Os Defensores Públicos Matheus Assad João e Giovana Devito dos Santos, representando a Regional Presidente Prudente, recebem o Prêmio em conjunto, entregue pelo Ouvidor-Geral Willian Fernandes



#### 4) **Indicada:** Regional Sul / Unidade São Amaro (São Paulo/SP)

##### **Resumo da ação desenvolvida:**

A Unidade Santo Amaro ingressou com Ação Civil Pública para a tutela de direitos difusos e individuais homogêneos, pleiteando a melhoria do serviço público de saúde na Região Sul da cidade de São Paulo e a indenização aos cidadãos carentes vítimas daquele serviço público.

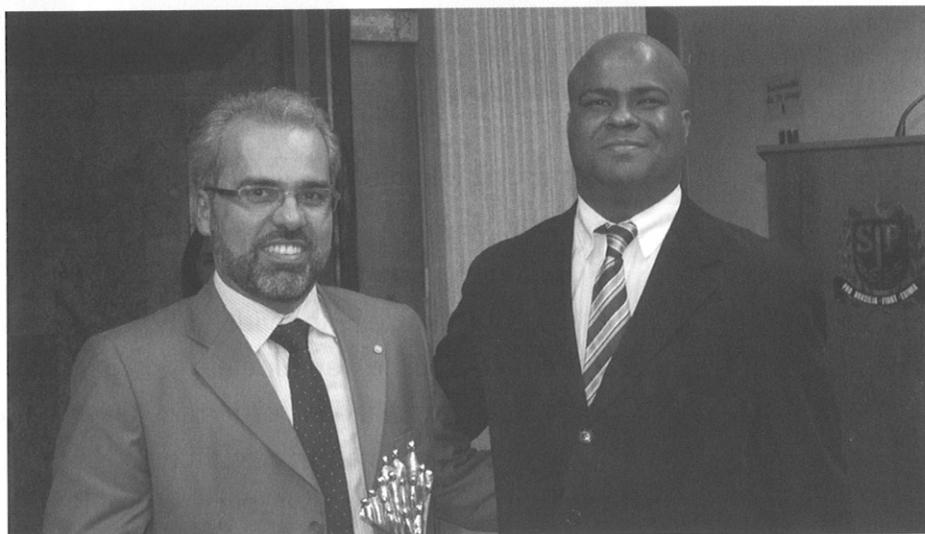
O ingresso da Ação foi resultado de ampla apuração extrajudicial feita pelos Defensores Públicos da unidade acerca dos problemas enfrentados pelos cidadãos residentes na região sul. Os membros da Defensoria Pública de Santo Amaro expediram ofícios para as diversas Unidades Básicas de Saúde da Região e constataram que a realização de exames e consultas com médicos especialistas nos hospitais públicos chegavam a demorar dois anos, em vez dos 90 dias informados pela Prefeitura de São Paulo. A demora também foi comprovada em reunião no Centro de Integração da Cidadania – CIC Feitiço da Vila, à qual compareceram moradores e diretores de hospitais. Além disso, verificou-se no documento de prestação de contas do município a

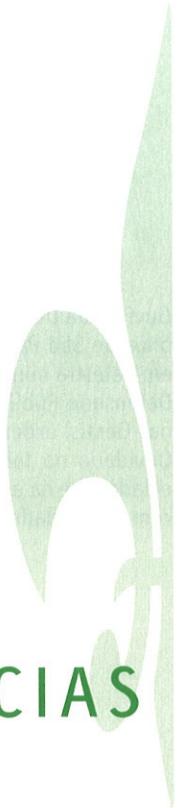
desproporção numérica entre o atendimento inicial feito nas unidades básicas de saúde e a continuidade do tratamento com exames e consultas com médicos especialistas. Após a propositura da ação, tais problemas também foram comprovados pelo Tribunal de Contas do Município e por matéria jornalística independente feita pelo jornal “O Estado de São Paulo”, em 03 de abril de 2009.

A petição inicial da ação foi indeferida por ilegitimidade ativa da Defensoria Pública. Contra essa decisão foi interposto recurso de apelação, que até o fechamento do presente relatório permanecia no aguardo do julgamento do Tribunal de Justiça. Contra a mesma decisão, também foi interposto recurso pelo Ministério Público Estadual, que elogiou o trabalho feito pela Defensoria Pública e recorreu a favor da legitimidade da Defensoria Pública.

O trabalho inédito de apuração realizado pela Unidade Santo Amaro, bem como a pesquisa aprofundada acerca dos problemas citados, evidenciaram a falha no serviço público que afeta, segundo informação da Prefeitura de São Paulo, cerca de 140.000 (cento e quarenta mil) pessoas que aguardavam em fila de espera para receber atendimento.

Representando a Unidade Santo Amaro, o Defensor Público Paulo Fernando Esteves de Alvarenga II recebe o Prêmio das mãos do senhor Davi Batista Santos, Conselheiro do CIC “Feitiço da Vila”





# COMPARTILHANDO EXPERIÊNCIAS

O trabalho da Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública de São Paulo, sendo a primeira experiência de ouvidoria externa na história das instituições jurídicas do país, pode ser socializado em diversos espaços e veículos. A socialização do trabalho também ocorreu através do envio de relatório de atividades às Defensorias Públicas interessadas. Ademais, o trabalho da Ouvidoria foi alvo de estudo em tese de mestrado, retratado nos livros “Dicionário de Gestão Pública” e “Modalidades de Ouvidoria”, bem como em diversos artigos, entre outros.

Abaixo se listou alguns eventos, visitas recebidas, audiências públicas e programas televisivos em que esta experiência pode ser compartilhada:

## **Ouvidoria da Defensoria Pública paulista compartilha experiência de participação social no I Ciclo de Palestras sobre Ouvidorias Públicas, em Minas Gerais**

A Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública de São Paulo socializou a experiência de seus trabalhos com militantes sociais, lideranças comunitárias, organizações da sociedade civil e Defensores Públicos do Estado de Minas Gerais e de outros estados.

Ouvidor da Defensoria Pública de São Paulo expõe, em palestra ministrada na Defensoria Pública de Minas Gerais, experiência da Ouvidoria no fomento da cidadania e na articulação com a sociedade civil



O compartilhamento da experiência ocorreu em 28 de agosto de 2009, em palestra ministrada pelo Ouvidor-Geral, Willian Fernandes, em Belo Horizonte, sob o título “Ouvidoria e Defensoria Pública: instrumento de participação cidadã”.

A palestra foi inserida no I Ciclo de Palestras sobre Ouvidorias Públicas, realizado na sede da Defensoria Pública de Minas Gerais e organizado pela Ouvidoria daquele estado.

Este evento permitiu a abordagem da importância das ouvidorias no cenário da administração pública, suas atribuições e formas de atuação e as diferenças entre Ouvidoria e Corregedoria. Além disso, foi possível relatar a experiência da Ouvidoria da Defensoria Pública de São Paulo no fomento da cidadania e na articulação com a sociedade civil, bem como o perfil dos usuários de Defensorias Públicas que se distingue dos usuários de outras instituições.

Após a palestra, a Ouvidoria da Defensoria Pública de São Paulo foi homenageada com placa comemorativa, entregue pela anfitriã Francis Coutinho, com os dizeres: “A Defensoria Pública de Minas Gerais presta homenagem e agradecimento pelo constante apoio e real incentivo aos serviços de Ouvidoria”.

### **Ouvidoria paulista compartilha experiência no “II Diálogo Interinstitucional Sociedade Civil e Defensoria Pública da Bahia”**

A Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública de São Paulo socializou sua experiência para cerca de 160 militantes sociais e representantes de diversos setores da sociedade civil que participaram do “II Diálogo Interinstitucional Sociedade Civil e Defensoria Pública da Bahia”, pro-

movido em 14 de julho de 2009 pela Ouvidoria Cidadã daquela Instituição, em Salvador.

O II Diálogo visou o fortalecimento da democracia participativa, consolidando a Ouvidoria externa enquanto instrumento de controle social e aperfeiçoamento dos serviços prestados pela Defensoria Pública para a efetivação do direito à Justiça.

O tema abordado pela Ouvidoria de São Paulo foi “A importância do modelo externo de Ouvidoria no âmbito da Defensoria” e “Alguns aspectos das pesquisas realizadas pela Ouvidoria-Geral de São Paulo com Defensores/as Públicos e usuários dos serviços da Defensoria”.



O “II Diálogo”, que visou ao fortalecimento da democracia participativa, contou com a presença de cerca de 160 representantes da sociedade civil

### **Ouvidoria Paulista Compartilha experiência com Defensores Públicos de Pernambuco**

Em mesa redonda promovida pela Defensoria Pública de Pernambuco, com a finalidade de colher subsídios para implementação da Ouvidoria naquele estado, a Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública de São Paulo pode realçar o papel do órgão no envolvimento das pessoas no processo de prestação do serviço pela Defensoria, discorrer sobre o papel da Ouvidoria como ferramenta de gestão, os benefícios do envolvimento dela no processo de planejamento das atividades da Instituição e a importância de se estabelecer elos com os destinatários dos serviços.

O evento, coordenado pela Defensora Pública-Geral de Pernambuco, Tereza Joacy Gomes de Melo, ocorreu na sede da Defensoria Pública pernambucana, em março de 2009, e contou com a participação da Subdefensoria Pública-Geral, da Corregedoria-Geral, além de diversos Defensores Públicos.

Este foi mais um importante espaço para se incentivar a implementação das Ouvidorias nas Defensorias Públicas dos demais estados do Brasil.



O Ouvidor-Geral da Defensoria Pública paulista ressalta que a Ouvidoria é um instrumento de diálogo com a sociedade

### **Experiência de participação social é dividida com gestores públicos da Baixada Santista**

Em 27 de novembro de 2009, a Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública teve a oportunidade de dividir com gestores públicos e lideranças da Baixada Santista a experiência dos mecanismos de participação social instituídos pela Lei Orgânica da Defensoria Pública de São Paulo.

Durante o evento, o Ouvidor ressaltou a importância de se criar espaços onde o cidadão tenha efetivamente condições de interferir nas diretrizes da administração pública e monitorá-la.

O evento foi destinado a interessados em instituir ouvidorias em seus municípios e instituições, e foi organizado pela Agência Metropolitana da Baixada Santista – AGEM, entidade autárquica que tem por finalidade integrar a organização, o planejamento e a execução das funções públicas de interesse comum na Região Metropolitana da Baixada Santista.

### **Ouvidoria da Defensoria Pública paulista recebeu diversas visitas de Defensores Públicos de outros estados e militantes sociais**

Nestes quatro anos de existência, a Ouvidoria-Geral, além de compartilhar a experiência de seu trabalho em outros estados, bem como

nos congressos de Defensores Públicos, também recebeu visitas de Defensores Públicos de outros estados e da União e de militantes sociais interessados em conhecer o funcionamento da Ouvidoria.

Como exemplo, citamos a visita que a Ouvidoria recebeu em 06 de novembro de 2009 do Defensor Público do Pará, José Roberto C. Martins, com o objetivo de conhecer o trabalho realizado em São Paulo e colher subsídios para que a Defensoria Pública daquele Estado avance nas discussões sobre a implementação do órgão, em face da aprovação da Lei Complementar nº 132/09.

Também visitaram a Ouvidoria, em meados de 2007, o Subdefensor Público-Geral da União Leonardo Lorea Mattar, acompanhado do então Defensor Público Coordenador da Defensoria Pública da União em São Paulo Luciano Borges dos Santos. A visita teve como objetivo conhecer a sistemática de trabalho da Ouvidoria e coletar subsídios para implementação do órgão no âmbito da Defensoria Pública Federal.

A Ouvidoria também recebeu visitas de vários militantes e organizações sociais que conheceram o trabalho da Ouvidoria e seu funcionamento, como a visita recebida em 15 de dezembro de 2009, organizada pela Fundação Interamericana de Defesa dos Direitos Humanos, em que estiveram presentes o Centro de Atenção Psico-Social Brasilândia – CAPS Brasilândia, Centro de Direitos Humanos de Sapopemba – CDHS, Pastorais e diversos representantes do Movimento de Moradia.



O Defensor Público José Roberto Martins (à dir.) esteve na Ouvidoria paulista para colher subsídios para a criação na Ouvidoria na Defensoria Pública do Pará

As entidades e movimentos presentes apresentaram suas demandas e conheceram o trabalho realizado pela Ouvidoria



### **Ouvidoria da Defensoria Pública paulista compartilhou sua experiência em diversos espaços e veículos**

A Ouvidoria também pode dividir sua experiência em eventos realizados exclusivamente para conhecer o trabalho da Ouvidoria da Defensoria Pública de São Paulo, como audiências públicas na Câmara Municipal, convocadas pela presidência da Comissão de Direitos Humanos, e em entrevistas para Jornais, como o da TV Câmara. Estes espaços e veículos permitiram à Ouvidoria expor as principais demandas que ela recebeu, os resultados das pesquisas de opinião realizadas, o perfil dos usuários etc. O programa “Fala Defensor”, veiculado pela TV Justiça, também dedicou dois programas especificamente para conhecer e comparar as experiências das Ouvidorias das Defensorias Públicas do Estado de São Paulo.